

Superior Tribunal de Justiça

RECURSO ESPECIAL Nº 1.474.107 - SC (2014/0202215-1)

RELATOR : MINISTRO BENEDITO GONÇALVES
RECORRENTE : LUIZ CARLOS BRUNEL ALVES
ADVOGADOS : JOEL DE MENEZES NIEBUHR - SC012639
RAFAEL DE ASSIS HORN E OUTRO(S) - SC012003
EDUARDO DE CARVALHO RÊGO E OUTRO(S) - SC033647
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA

DESPACHO

Compulsando os autos, verifica-se que não consta procuração e/ou cadeia completa de substabelecimento conferindo poderes ao subscritor do agravo interno de fls. 963/973.

Isso porque, conforme aduz o *parquet* nas razões de impugnação, não se encontram nos autos poderes atribuídos ao advogado signatário do substabelecimento de fl. 978, Dr. Rodrigo Augusto Lazzari Lahoz, o qual, em tese, confere poderes ao signatário da petição de agravo interno, Dr. Cauê Vecchia Luzia.

Dessa forma, nos termos do art. 76, c.c. o art. 932, parágrafo único, ambos do Código de Processo Civil, determino a intimação da parte Recorrente para regularizar a representação processual, no prazo improrrogável de 5 (cinco) dias, sob pena de não conhecimento do recurso.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 08 de outubro de 2019.

MINISTRO BENEDITO GONÇALVES
Relator